

Um missionário da cultura

» JOSÉ PASTORE

Professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo e membro da Academia Paulista de Letras

N o dia 29 de outubro passado, o Brasil perdeu um verdadeiro missionário da cultura — Danilo Santos de Miranda, diretor do Sesc São Paulo desde 1984. Na sua longa trajetória, Danilo trabalhou dia e noite para multiplicar as oportunidades de formação cultural de milhões de brasileiros. Acertadamente, dizia que a educação escolar é fundamental, mas insuficiente para formar as pessoas. É essencial expô-las a teatro, cinema, fotografia, samba, ópera, dança, folclore, verso, prosa, arquitetura, artes plásticas, praça de esportes, refeitório barato, colônia de férias etc. Tudo é cultura, insistia, até consulta ao dentista, atenção às gestantes, cuidados ao bebê, aulas de culinária, costura e artesanato e muitas outras atividades que ajudam as pessoas a viver melhor e subir na vida.

Sem conhecer os detalhes, Danilo era um vigoroso implementador do novo conceito de capital humano, criado pelo Banco Mundial em 2018, que vai além da mera escolarização para incluir o bem-estar físico e mental da população (World Bank, The human capital project, Washington, 2019).

Danilo fez escola. A rede do Sesc de todo o Brasil vem utilizando esse conceito com desenvoltura, e em complemento do trabalho de formação profissional realizado pelas escolas do Senac na área do comércio, serviços e turismo. Assim também ocorre com o Sesi e o Senai na área industrial. Essa tem sido a valiosa contribuição das entidades do Sistema S ao trazer reflexão, provocação, pensamento, discussão, saúde física, higiene mental e cuidado às crianças.

Com base nisso, dizia Danilo, só assim, no médio e longo prazos, podemos chegar a uma população mais bem preparada para o trabalho e para a vida — e a um país melhor. Mas, com a mesma fé com que trabalhava, Danilo lamentava a incompreensão de vários governos que pretendem desviar os recursos da formação de capital humano para outras atividades, como foi a tentativa recente de tirar 5% do orçamento da formação profissional do Senac para aplicar no turismo.

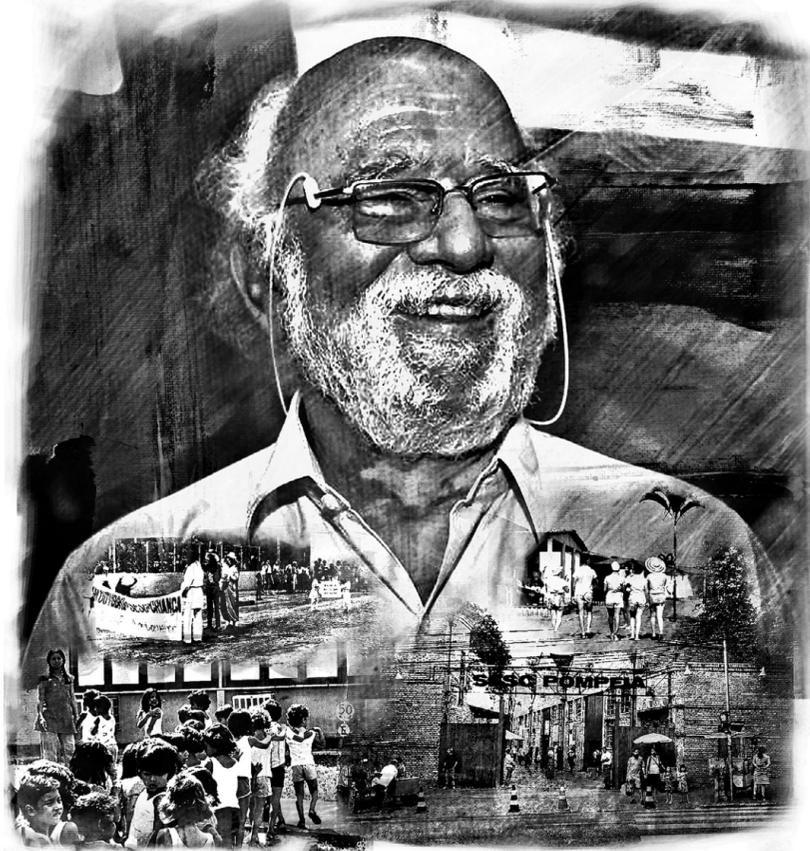
Não tem cabimento perseguir as instituições de formação profissional nestes dias em que a escassez de pessoal qualificado é aguda e crítica. Pesquisa recente da Manpower indicou que 81% das empresas brasileiras têm algum problema

nesse campo. Nas estimativas do Senai, o Brasil precisa qualificar 10,5 milhões de trabalhadores industriais nos próximos quatro anos.

O mesmo ocorre na área do comércio e serviços. Pesquisas do Senac mostram uma falta de mão de obra qualificada para hospedagem, gastronomia, logística, comunicação, saúde, segurança e até educação, onde está havendo um verdadeiro apagão de professores em várias áreas. Os estudos da Brasscom indicam haver cerca de 500 mil vagas não preenchidas em tecnologia da informação. No agro, a rápida elevação dos salários indica uma grave escassez de pessoal qualificado.

E assim são os números para quase todos os setores da economia brasileira. E se o país voltar a crescer nos próximos anos (como se espera), haverá uma carência de mão de obra qualificada ainda mais severa que comprometerá a expansão das empresas e dos empregos.

Ao reverenciar a extraordinária contribuição de Danilo Santos de Miranda à frente do Sesc São Paulo, temos de lembrar que o Brasil precisa ampliar ainda mais o seu esforço no campo da formação cultural e da qualificação profissional — e não diminuir.



Outubro Prata: um mês para defender a melhor idade

» DAYSE AMARILIO

Enfermeira obstetra, professora e deputada distrital pelo PSB

Envelhecer é algo inerente a todos nós, mas numa sociedade na qual se cultua a juventude, parece crime acontecer um processo tão natural como o envelhecimento. Infelizmente, alimenta-se a discriminação e o preconceito em razão da idade, ou seja, o etarismo. Se você não conhece esse termo, saiba que ele significa preconceito que pode atingir pessoas de diferentes idades, mas é muito mais comum em relação a pessoas idosas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) realizaram estudos e pesquisas, atualizados em 2020 e 2022, respectivamente, sobre o envelhecimento da população do DF. O IBGE publicou projeção até 2060. O nível populacional do DF projetado para esse ano é de uma população total de 3.789.728, sendo 1.829.649 homens e 1.960.079 mulheres. De acordo com esses dados, em 2060, o percentual da população com 65 anos ou mais poderá atingir 26,10%, frente a 7,5% em 2020 (projetado), enquanto a população entre 0 e 14 anos deverá representar 12,60% da população, frente a 19,70% em 2020.

Vale destacar que os estudos apontam que a população brasileira está com expectativa de vida crescendo a cada ano, tendo como principais fatores o acesso ampliado à saúde e à educação, o que possibilita a melhora da qualidade de vida.

Em relação à questão orçamentária, evidencio minha preocupação com a alocação

orçamentária do Fundo de Direitos do Idoso (FDI), que, em 2023, teve consignados apenas R\$ 20 mil e, posteriormente, alocados aproximadamente R\$ 2,5 milhões. Porém, sem nenhuma execução, segundo o Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO).

O FDI foi criado pela Lei Complementar 865/2013, em substituição ao Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal, e sua execução é nula desde 2020. É preciso deixar claro que o FDI não executa os seus recursos há exatos cinco anos, conforme o SIGGO. Por isso, a prioridade deve ser a execução de projetos via Organizações Sociais de Interesse Público, elaborando editais de chamamento público de forma a garantir a execução orçamentária.

Outra questão que precisa ser pontuada são os casos de violência contra idosos. Como geralmente as vítimas estão em situação de vulnerabilidade, esse tipo de violência vem associada a relações de poder, acarretando adversidades tanto nas esferas social e psicológica quanto na econômica.

Como profissional de saúde, quero levantar mais um ponto bastante sensível em relação à nossa população idosa: nosso país também não está preparado para atender às demandas dessa população em relação aos recursos humanos. Apenas 0,5% dos formandos em residência médica concluiu o curso de geriatria, segundo o Demografia Médica Brasileira 2023. Ainda sob o viés do cuidado, não posso deixar de mencionar o trabalho dos cuidadores. Essa

profissão, tão necessária e que cresce vertiginosamente em nosso país, ainda não tem uma regulamentação clara.

Por tudo exposto, fica claro que não há efetividade das políticas públicas para essa faixa etária, e isso demonstra uma dívida do Estado com esse segmento populacional. Entendendo meu papel como legisladora, me somei ao meu colega deputado Martins Machado (Republicanos) e propomos o Projeto de Lei 667/2023, que institui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, o Mês em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser comemorado em outubro, recebendo a denominação de Outubro Prata.

De acordo com a proposta, durante o “mês distrital em defesa dos direitos da pessoa idosa”, os órgãos do Poder Público promoverão, entre outras, as seguintes atividades: veiculação de campanhas que visem à disseminação dos direitos da pessoa idosa; promoção de palestras, debates, eventos e atividades educativas; contribuição na redução e prevenção a violência contra a pessoa idosa; promoção ações que tragam qualidade de vida à pessoa idosa; e iluminação ou decoração de prédios públicos com luzes ou faixas de cor prata.

É preciso que comecemos a agir de forma efetiva em favor da nossa população idosa. Que as pessoas idosas, além de respeito, possam ter dignidade e qualidade de vida. A velhice é mais uma etapa de nossas vidas e que ela possa ser plena de amor, de garantias e de cuidados.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Segurança pública

Nada como a realidade, feia e danosa como só ela sabe ser, para forçar a mudança de discurso e direção de quem quer que seja. Ainda mais em se tratando do governo e de suas políticas. Preso aos discursos de cunho ideológicos, entre os quais aqueles que condenam o protagonismo das Forças Armadas na rotina dos centros urbanos e na vida civil, o atual governo teve que ceder às circunstâncias urgentes apresentadas na área de segurança pública do Rio de Janeiro e acabou por ter que recorrer à decretação do dispositivo de emergência representado pela Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Com isso, levou os militares para fora dos quartéis, os colocando no patrulhamento de portos e aeroportos da antiga capital.

A intenção é combater o crime organizado local e, sobretudo, um dos grandes negócios dessas quadrilhas: o tráfico de armas e munições que, possivelmente, transitam por esses terminais de cargas e passageiros. Obviamente que o crime organizado vai escolher outras rotas para se livrar dos flagrantes até que a vigilância volte a refluir. Tanto criticou o governo passado que teve que ir, um pouco resabiado, pelo mesmo caminho. A depender do que foi realizado em tempos passados recentes, a Garantia da Lei e da Ordem, levando o Exército para as ruas do Rio de Janeiro, pouco ou nada altera o clima de terror que essa cidade vem experimentando há décadas.

Os soldados, que mal e minimamente são treinados para guerras reais, pouco ou nada podem fazer de prático numa questão de segurança pública que, hoje, se mostra complexa e com ramificações por toda a vida política e econômica do Estado. De certo modo, essa medida, anunciada com estardalhaço midiático pelo ministro da Justiça serve, entre outras coisas, para mostrar serviço diante de inúmeras críticas que vem pesando sobre seu desempenho frente à pasta.

Jogar no colo das Forças Armadas um problema que vai muito além da expertise dessa instituição, transferindo responsabilidades e, principalmente, consequências danosas que possam advir, não só não resolve o problema como cria outro ainda maior. O fato inegável é que também o Ministério da Justiça não tem um projeto ou mesmo um plano básico para enfrentar a questão do alastramento do crime organizado por todo o país.

O estado da Bahia — que vive problema parecido na área de segurança pública e que, há décadas, é governado pelo mesmo partido do governo federal — tem driblado essa questão por meio de ações que, simplesmente, eliminam todos aqueles que cruzam o caminho da polícia.

Nesse caso, também não tem surtido o efeito de debelar o crime local. Curiosamente, nesse estado, não se fala em intervenção dos militares, pois poderia parecer ao distinto público que a longa governança petista naquele ente federativo falhou de forma visível. O mesmo sucede no Piauí, onde a criminalidade anda solta, assustando a população.

Há uma crise seríssima na segurança pública, observável principalmente naqueles lugares comandados pela esquerda. Talvez aí esteja um ponto a ser levado em consideração quando o assunto for o caos na segurança pública.

» A frase que foi pronunciada

“Violência vem do ventre da mãe”

José Beltrame

Perdeu

» De repente, o maestro foi corrigido pelo magistrado na frente da plateia. Aquela música não era *Aquarela do Brasil*, e, sim, *Aquarela brasileira*, dizia o homem da capa preta. Quando o martelo bate e a sentença é errada, quem sabe mais geralmente é mais humilde. Não retruca. Apenas sorri por dentro. Ary Barroso compôs *Aquarela do Brasil*, e Martinho da Vila canta *Aquarela brasileira*.

Agenda

» Se for do seu interesse, é bom garantir o lugar. A famosa e experiente professora Cris Vieira vem a Brasília para um workshop interativo e garante transformar sua pronúncia no inglês e desvendar os mistérios da linguagem. Vale muito a pena. No dia 8 deste mês, das 19h às 23h, o encontro será na Asa Norte, Quadra 601, no Centro Cultural de Brasília. É só buscar na internet “The Click Experience”.

Halloween versus Dia de Todos os Santos

» Como todos os pensamentos valem, depois do Dia das Bruxas, vários eventos comemoraram o Dia de Todos os Santos com a meninada vestida de Jesus, Santa Terezinha, São Francisco. É uma festa com menos medo e mais alegria.

» História de Brasília

“O banquete oferecido ao príncipe Philip em Brasília atestou o pouco aprêço que o Itamaraty tem pela Nova Capital. Tanto assim que o sr. José Fernandes (fracasso do “Candango’s”) teve que trazer todo o banquete do Rio de Janeiro, inclusive os frangos, de avião.” (Publicada em 27/3/1962)